



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.
CAMPUS PARNAÍBA
CURSO LICENCIATURA EM QUÍMICA**

FRANCISCA LAIANE CARVALHO DA SILVA

**PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS INTERPRETES DE LIBRAS NO ENSINO E
APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE QUÍMICA EM UMA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DE PARNAÍBA- PI**

PARNAÍBA

2018

FRANCISCA LAIANE CARVALHO DA SILVA

PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS INTERPRETES DE LIBRAS NO ENSINO E
APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE QUÍMICA EM UMA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DE PARNAÍBA- PI

Trabalho de Conclusão de Curso
(monografia) apresentado como exigência
parcial para obtenção do diploma do
Curso de Licenciatura em química do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí. Campus Parnaíba.

Orientador: Prof. Esp. Maria Durciane
Oliveira Brito

PARNAÍBA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Silva, Francisca Laiane Carvalho da

S586p

Prática pedagógica dos intérpretes de Libras no ensino e aprendizagem na disciplina de Química em uma escola da rede estadual de Parnaíba - PI / Francisca Laiane Carvalho da Silva. - 2018.

49 f.: il. p&b.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Parnaíba Licenciatura em Química, 2018.

Orientadora: Profa Esp. Maria Durciane Oliveira Brito.

1. Práticas pedagógicas. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Intérpretes para surdos. 4. Química. I. Título.

CDD540

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

FRANCISCA LAIANE CARVALHO DA SILVA

PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS INTERPRETES DE LIBRAS NO ENSINO E
APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE QUÍMICA EM UMA ESCOLA DA REDE
ESTADUAL DE PARNAÍBA- PI

Trabalho de Conclusão de Curso
(monografia) apresentado como exigência
parcial para obtenção do diploma do
Curso de Licenciatura em química do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí. Campus Parnaíba-PI.

Aprovada em: 17/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Maria Durciane Oliveira Brito (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI Campus
Parnaíba-PI.

Prof^a. Me. Vilma Dias de Araújo Veloso (1º examinadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI Campus
Parnaíba-PI.

Prof^a. Esp. Maria Aurioneida Carvalho Fernandes (2º examinadora)
UNINASSAU Parnaíba-PI.

Dedico esta monografia primeiramente a DEUS, por me dar coragem durante toda esta longa caminhada. Aos meus pais, M^a de Lourdes e Antônio Elcio, ao meu esposo Juscielan, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nas minhas decisões, e a todos que contribuíram de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus pelo dom da vida, por ter me cedido à graça de realizar um sonho, e nunca permitir minha desistência diante de tantas dificuldades. Agradeço aos meus pais, Antônio Élcio e Maria de Lourdes, meus maiores exemplos e sempre me proporcionou os melhores estudos. Obrigada pelas preocupações, orações e por sempre que precisei estiveram ao meu lado. Sou muito grata pelos pais maravilhoso que tenho. Ao meu esposo Juscielan por todo o incentivo, paciência, companheirismo e principalmente todo o seu amor. A minha irmã Aline que por diversas vezes esteve ao meu lado me dando força.

Dediquei este trabalho “in memoriam” a minha avó Alice e aproveito também para agradecer-lá, tenho certeza onde ela estive está me protegendo.

Agradeço também algumas pessoas que durante estes anos participaram da minha vida. Aos meus amigos do IFPI que estiveram sempre comigo.

À minha orientadora Durciane pelas suas orientações e pela sua ajuda que foi essencial no meu trabalho.

Agradeço a todos os professores que tive durante o curso especialmente a professora Ana Maria Uchôa.

Agradeço as professoras, Me. Vilma Dias e a Esp. Maria Aurioneida por aceitarem o meu convite para compor minha banca de TCC.

Obrigada e grata por tudo!

“A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam [...] Pensar sobre surdez requer penetrar no “mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a “língua de sinais”. Permita-se “ouvir” essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o silêncio da palavra escrita” (QUARDOS, 2004, p. 56).

RESUMO

A presença do intérprete em sala de aula é fundamental para um desempenho satisfatório no processo de inclusão de alunos surdos. O objetivo desta pesquisa foi identificar as metodologias atuais que os intérpretes de LIBRAS tem utilizado em conjunto com o professor da disciplina de química para o alcance do processo de ensino/aprendizado do aluno. O estudo foi realizado numa escola de rede pública estadual de ensino no Bairro São Francisco, na cidade de Parnaíba, Norte do estado do Piauí. A pesquisa foi realizada com dois intérpretes: Intérprete (IA) e Intérprete (IB). A partir das análises dos questionários aplicados, conclui-se que meios pedagógicos com estímulos visuais otimizam a aprendizagem. A utilização de imagens digitalizadas e desenhos foram satisfatórios no processo de ensino/aprendizagem, pois a linguagem visual proporcionou um maior entendimento e assimilação dos conteúdos explanados em sala de aula na disciplina de química. Este estudo teve como bases teóricas os pensamentos de diversos autores como: Saldanha (2011), Brasil (2002), Sá (1999), entre outros. Contudo torna-se importante saber o que é inclusão, como está sendo repassado os conteúdos para os alunos surdos, quais as dificuldades apresentadas, e toda a estrutura que comporta esse processo do ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. LIBRAS. Intérprete. Química.

ABSTRACT

An interpreter in the classroom is fundamental for a satisfactory development in the process of inclusion of deaf students. Identify the current methodologies that interpreters of LIBRAS (Brazilian sign language) have used along side with chemistry teachers in order to achieve the teaching / learning process of the student was the objective of this research. The study was carried out at in a state-owned public school located on São Francisco block , in Parnaíba-Piauí-Brazil. The research was carried out with two interpreters: Interpreter (IA) and Interpreter (IB).Based on the analysis of the applied questionnaires, it was concluded that pedagogical approaching with visual stimuli optimize the learning of students. The use of scanned images and drawings were satisfactory in the teaching / learning process, because the visual language provided a greater understanding and assimilation of the subjects explained during chemistry classes. This study had as theoretical bases the thoughts of several authors such as: Saldanha (2011), Brazil (2002), Sá (1999), among others. However, it is important to know what inclusion is, how content is being passed on to the deaf students, what difficulties are presented, and the structure of this process of teaching and learning.

Key words: Pedagogical Practices. LIBRAS. Interpreter. Chemistry.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de Identificação do Sujeito.....	36
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INSM	Instituto Nacional de Surdos-Mudos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1	HISTORICIDADE DA LIBRAS	15
2.2	O ENSINO DE QUÍMICA EM LIBRAS	22
2.3	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO INTÉRPRETE DE LIBRAS	25
3	OBJETIVOS	31
3.2	OBJETIVOS GERAL	31
3.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	32
4.1	TIPO DE PESQUISA	32
4.2	LOCAL DE ESTUDO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	33
4.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
4.4	APRESTAÇÃO DOS RESULTADOS	34
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	35
5.1	Relevância do profissional para educação dos surdos	35
5.2	Objetivo do profissional para educação dos surdos.....	36
5.3	LIBRAS e sua contribuição na formação do aluno.....	37
5.4	Didática do instrutor no ensino/aprendizado de química	38
5.5	Facilidades e desafios para ensinar química para os alunos surdos	39
5.6	Dificuldades na língua de sinais para ensinar química	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICES	46
	ANEXO	48

1 INTRODUÇÃO

No Brasil os estudantes com deficiência auditiva e os surdos têm enfrentado grandes desafios no contexto de inclusão social. E em muitos casos, a não efetividade dos métodos esta relacionada com a abordagem educacional, estrutura física e pedagógica das instituições, esses têm sido considerados os maiores desafios no contexto da escola inclusiva.

A abordagem do sistema tradicional de ensino é excludente aos surdos, além disso, outro fator que contribui para falta de adaptação para as pessoas com deficiência auditiva ao meio inclusivo é a ausência ou precariedade de treinamento e qualificação dos professores, pois muitos desses desconhecem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e em muitos casos a instituição não oferece o suporte adequado a aprendizagem, pois há ausência de tradutores-intérpretes em sala de aula, fato esse que dificulta ainda mais a aprendizagem.

O ensino de química é extremamente complexo por si só, quando ministrada ao aluno com deficiência auditiva o nível de dificuldade aumenta, visto que na área de Química muitos dos termos são abstratos e existe um número reduzido de tais terminologias em Libras, isso por sua vez acarreta em dificuldades para ambas as partes envolvidas, professor-intérprete-aluno.

De acordo com Saldanha, (2011) a falta de metodologias inovadoras e ausência de materiais didáticos no ensino da Química para surdos constituem as principais dificuldades na assimilação e compreensão da disciplina. Os intérpretes por sua vez, também são imersos num meio complexo devido a escassez de sinais químicos específicos, essa carência retarda e inibe o processo de aprendizagem, dificultando a comunicação e a construção do saber.

Segundo Roldão (2003) a educação inclusiva deve ser um processo fácil, de forma que todos aprendam simultaneamente, pois essa é a base do conceito de escola inclusiva, a aprendizagem progressiva e com dificuldades minimizadas. Notoriamente essa realidade constitui um empasse entre a teoria e a prática exequível, quando esse modelo não se encontra nas escolas nomeadas inclusivas.

Posto isso, é necessário que a abordagem de educação para surdos, sofra um processo de reelaboração e configuração intensiva, de modo que proporcione aos educadores uma especialização que dê suporte as necessidades direcionadas dos alunos em processo de aprendizagem.

No intuito de sanar a carência existente no setor educacional convencional, novas instituições começaram a surgir para dar oportunidade de inclusão de pessoas surdas, direcionada e com atendimento específico as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, atenção ao ensino da Língua Portuguesa, visando encaminhá-los posteriormente ao sistema regular de ensino.

A pesquisa proposta se refere a uma abordagem qualitativa e tem como eixo temático a prática pedagógica dos intérpretes de libras no ensino e aprendizado na disciplina de química em uma escola da rede estadual de Parnaíba. A pesquisa com abordagem qualitativa caracteriza-se por ser uma descrição analítica realizada de modo fidedigno sobre o objeto pesquisado. De modo que não se apega a idealizações ou deduções; atua, pois, auxiliando o pesquisador, vislumbrando uma análise real por meio da descrição, possibilitando uma correlação com o contexto geral. A obtenção dos dados da pesquisa teve como fonte um questionário realizado com os intérpretes de Libras, bem como por meio de observação não-participante também.

A educação inclusiva está crescendo ativamente a cada ano que se passa nos sistemas públicos de ensino principalmente a educação de alunos surdos. Com isso os profissionais buscam recursos dentro da educação inclusiva de surdos, meios para que os alunos adquiram da melhor maneira possível os conteúdos abordados. Por isso esta pesquisa torna-se importante porque vamos identificar as metodologias atuais que os intérpretes de libras têm utilizado em conjunto com o professor da disciplina de química para o alcance do processo de ensino/aprendizado do aluno.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTORICIDADE DA LIBRAS

O princípio da educação de surdos teve origem na Europa e nos Estados unidos, constituindo a primeira sociedade a utilizarem a língua dos sinais e a propor o ensino e introdução de uma linguagem especializada para surdos, com isso foram fundadas as primeiras escolas de LIBRAS.

De acordo com Mori e Sander (2015), a evolução da historia de inclusão de surdos na sociedade passou por fases criticas, sendo por sua vez, caracterizada pela marginalização, discriminação e segregação. Contudo, diante dessas circunstâncias as pessoas com deficiência auditiva sobreviveram com sua língua, sua cultura e identidade de modo subjugado na sociedade.

Uma extensa pesquisa realizada por Honora e Frizanco (2009) e Moura, (2000) fatos da antiguidade sobre a educação dos surdos ressalta o modo sórdido pelo qual eles eram tratados diante da sociedade. Os surdos, nesse contexto, não eram tidos como um ser de intelecto e posse racional, posto isso a educação oferecida a eles variava de acordo com a concepção que se tinha deles.

No contexto educacional na antiguidade os gregos e romanos não consideravam os surdos como um ser humano, pois, segundo eles, a fala era resultado do pensamento, logo quem não se comunicava através da fala, não era considerado um ser humano, portanto não tinham direito a testamentos, à escolaridade e a frequentar os mesmos lugares que os ouvintes (HONORA e FRIZANCO, 2009).

A igreja católica teve papel crucial na fase de inclusão de surdos na sociedade, de forma negativa, ela atuou imperativamente na segregação e exclusão dos surdos diante dos seus direitos como ser humano. Assim a igreja se constituiu como um dos maiores símbolos de resistência devido suas ideias pragmáticas.

Durante a Idade Média, a simbologia de um Deus perfeito, cujo ser terreno deveria ser imagem e semelhança, distorceu o conceito da humanidade e excluiu o surdo das castas sociais, por não se encaixar nos padrões que eram impostos perante a sociedade como imagem e semelhança de um Deus perfeito, logo desqualificando-o como ser humano.

Contudo, a própria igreja entrava em contradição diante de seus princípios e interesses convenientes, pois economicamente não podia se desfazer das famílias que detinham o poder econômico, embora um de seus membros apresentasse o fator “exclusão” ou seja, alguma deficiência.

De acordo com Honora e Frizanco (2009), durante a idade média a sociedade era dividida em feudos, a nobreza para não compartilhar as posses reais, acabavam formando famílias com membros consanguíneos resultando em anomalias genéticas, cujo índice de surdez congênita era elevado entre famílias nobres.

Contudo, havia a necessidade de educá-los no intuito integrá-los aos preceitos e dogmas da igreja católica, pois, uma vez que eles não se comunicavam com uma língua inteligível, os mesmo não compartilhavam dos ensinamentos católicos e por esta razão eram destituídos das faculdades espirituais. Diante disso, houve a necessidade de educá-los e assim deu início as tentativas de ensino preceptorial. (HONORA e FRIZANCO, 2009).

Com o passar dos tempos muitos tabus foram desfeitos e houve um novo momento na história com a inclusão dos que antes eram marginalizados. A partir disso a visão sobre a deficiência auditiva foi reelaborada diante da sociedade e no final da Idade Média, ocorreu a aceitação da educação para surdos, mas tal ensino era voltado apenas para os filhos da nobreza.

No Ocidente, um dos primeiros educadores surdos que se tem notícia é o médico, matemático e astrólogo italiano Gerolamo Cardano (1501-1576), cujo maior incentivo provinha de dentro da própria família, pois seu primogênito era surdo. Diante disso o italiano Cardano defendia que a surdez não impedia os surdos de receberem instrução. Anos mais tarde o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) começou a usar sinais rudimentares para se comunicar, pois viveu em um monastério que havia o voto do silêncio. E assim foram surgindo iniciativas e ideias que alavancaram a educação para surdos.

A principal motivação da nobreza, nesse período, de integrar os filhos com deficiência auditiva, derivava do fato que primogênitos com surdez não tinham direito a herança caso não aprendesse a falar, pondo em risco todo patrimônio da família.

A grande revolução sobre a educação de surdos se deu no século XVI, com a concepção de que a compreensão da ideia não dependia da audição de palavras. Assim em 1620, o padre espanhol Ruan Pablo Bonet (1579-1633), filósofo e soldado do serviço secreto, foi considerado um dos primeiros preceptores de surdos, pois

criou o primeiro tratado de ensino de surdos/mudos que iniciava com escrita sistematizada pelo alfabeto, que foi editado na França com o nome de “*Redação das Letras e Artes de Ensinar os Mudos a Falar*”.

Nesse meio tempo muitos estudiosos se dedicaram ao ensino de surdos tais como: Van Helmont (1614-1699), Jacob Rodrigues pereira (1715-1780), Johand Conrad Ammam (1669-1724), Tomas Braidwood (1715-1806), Charles Michel de L'Epée (1712-1789), fazendo com que o século XVIII seja considerado por muitos o período mais próspero da educação de surdos.

Todavia a resistência a inclusão dos surdos na sociedade se deu de forma enfática, trechos e escritos, ressaltam a discriminação dos surdos na história, como mostra Sá (1999, p.3) em um tom crítico:

Primeiramente, os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.

Na contemporaneidade, os trabalhos realizados somente apareceram no final do século XVIII e foram realizados na sua grande maioria por médicos, religiosos e gramáticos.

As instituições de educação se disseminaram por toda Europa, e em 1878 em Paris aconteceu o primeiro congresso Internacional de surdos/mudos, na qual ficou instituído que o melhor método para educação dos surdos consistia na articulação com leitura labial e no uso de gesto nas séries iniciais.

A abordagem de aprendizagem discutida nesse concurso foi de extrema importância para o entendimento do processo de aprendizado dos surdos e serviu de base para os dias atuais.

Honora e Frizanco (2009) ressaltam que o processo de evolução de surdos na história muitas vezes causou desconforto social e sofrimento, mas as ações consistentes que houveram no passado foram necessárias para chegar a evolução atual.

No Brasil, a educação dos surdos teve início no segundo Império com a chegada do educador Francês Hernest Huet, ex aluno surdo do Instituto em Paris, que trouxe o alfabeto manual francês e a língua francesa de sinais.

No Rio de Janeiro, foi fundada um Instituto Nacional de Surdos-Mudos

(INSM), que atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), através da Lei 839, assinada por D. Pedro II em 1857.

De acordo com Ramos (s/d, p.62), a criação desse instituto por Dom Pedro II, foi mobilizada pelo interesse pessoal, pelo fato de a princesa Isabel ser mãe de um filho surdo, além disto, ela era casada com o conde D'Eu, que era parcialmente surdo.

Em 1970, Abbé Sicard (1742- 1822), foi nomeado o diretor do instituto Nacional de surdos e mudos. Ele publicou dois livros: uma gramática geral e um relato detalhado de como havia treinado Jean Massieu (Surdo). Posteriormente a sua morte seu discípulo Jean Massieu assumiu sua posição de diretor do instituto de surdos e mudos.

Sequencialmente, vários nomes passaram pela administração desse instituto e os trabalhos se concentraram basicamente em entender as razões da surdez e as técnicas de comunicação com surdos, dentre eles: Jean Marc Itard (1775-1838), tendo em seus trabalhos o famoso caso do Garoto Selvagem, que foi descrito como filme em 1970 por Francois Truffaut.

Em 1880, a história da educação para surdos ficou marcada ao ser vivenciado o maior retrocesso histórico, dando origem a uma série de intervenções em prol da inclusão dos surdos, e isto se sucedeu graças ao congresso de Milão, pois nesta ocasião foi proibido qualquer tipo de comunicação através de sinais, prevalecendo o método oral no processo educacional. A abordagem incisiva e preconceituosa gerou revolta e descontentamentos, em função disso, na década de 1960 surgiram várias propostas que tinham como objetivo gerar um eficiente processo de aprendizagem à pessoa surda.

Embora tenha existido uma força impulsionadora a favor da causa, os principais argumentos que encontramos na história da educação de surdos, na maioria das vezes, foram narrados por ouvintes e não por surdos. Existia a repressão a educação de surdos, por isso, raríssimas vezes, a história e os acontecimentos quase nunca são narrados pelos próprios protagonistas, os surdos. Estes se encontram em papéis de coadjuvantes de sua própria história.

A memória individual é refletida, em parte, por nossa experiência objetiva com o vivido. No entanto, apenas ela não esgota a experiência. As manifestações do inconsciente também geram mecanismos de memória construídos fora da experiência do vivido-compartilhado com outros sujeitos (ROCHA, 2010, p. 32).

A evolução da educação de surdo, no cenário brasileiro baseia-se em três vertentes educacionais com relação ao processo cognitivo do aluno surdo: a primeira aborda o oralismo, segunda trata da comunicação total e a terceira do bilinguismo. Na metodologia que aborda a questão do oralismo pressupõe-se que a surdez pode ser minimizada através de uma estimulação oral, auditiva e objetiva.

O método que considera a comunicação total aborda a aprendizagem através da estimulação da língua oral. Esse método possibilitou aos surdos a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, que antes era vetada pelo oralismo, porém, esta não era considerada a língua natural dos surdos, mas apenas um método para se ensinar o bilinguismo.

O surgimento da comunicação total possibilitou a expansão científica e a partir disso várias pesquisas foram intituladas e direcionadas acerca da Língua de Sinais, e com isto, estudos em relação a uma metodologia voltada para uma educação bilíngue.

O método do bilinguismo destaca que a Língua de Sinais é considerada a língua materna dos surdos e a Língua Portuguesa é a segunda língua, desta forma a educação bilíngue contrapõe-se ao oralismo, pois trabalha com uma pedagogia visual e entende que a oralização dos surdos não é de competência educacional (BARBOSA e BARBOSA, 2011).

Quadros, (1997) ressalta nossos espaços escolares estão preparados para receber o aluno surdo, mas numa estrutura para ensinar e aprender em português, com alunos que crescem ouvindo e falando essa língua, mas que essa situação constitui um grande problema para a pessoa que vive em um universo sem som, cuja língua primeira é a Língua de Sinais.

O processo de integração ocorre em uma estrutura educacional que oferece ao aluno a possibilidade de transitar no sistema escolar, da classe especial ao ensino especial em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerantes, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados (MANTOAN, 2006, p. 18).

O processo de inclusão da linguagem não foi fácil. O passo inicial de romper as barreiras na própria identidade dos alunos surdos desencadeou a valorização da primeira língua dos surdos, que é a LIBRAS, da construção das regras de

convivência no ambiente escolar e da convivência de todos os alunos, dos diferentes ciclos e em todos os espaços da escola.

Contudo, o processo se desestabilizou durante a intervenção dos Estados nos métodos educativos e isso por sua vez culminou na decadência do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Um dos motivos que levou a decadência do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, possivelmente esteja associado aos argumentos de que a educação de surdos deveria ser oralista com intuito de desenvolver a fala, ou seja, os surdos deveriam aprender a Língua francesa independente de sua identidade se assemelhava, pois a possibilidade de existir um grupo com uma identidade linguística diferenciada, a uma cultura própria, colocava em risco a centralização e da identidade da França enquanto nação” (MOURA, 2000, p. 44).

É de fundamental importância que no âmbito educacional inclusivo haja investimento para assegurar a capacitação destes profissionais, proporcionando a eles qualificação para o exercício profissional na escola básica, visto que há uma necessidade crescente, já que está vem recebendo um contingente significativo de alunos com deficiência auditiva, que muitas vezes diante das dificuldades não prospera no ambiente escolar devido à carência no suporte educacional não condizente com suas necessidades linguísticas.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, à Lei de Diretrizes e Bases, Art. 59º, inciso I, ressalta que existe métodos, técnicas para atender as necessidades dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, com intuito de melhorar as condições para sua inserção no ensino regular, assegurando, assim, seus direitos legislativos.

Amparada ainda pela lei, o inciso II, por sua vez, trata sobre a conclusão específica para aqueles alunos que não conseguirem terminar o Ensino Fundamental em tempo hábil ou determinado, por causa de suas necessidades educacionais especiais.

O inciso terceiro enfatiza a necessidade dos professores passar por treinamento prévio. Deixando evidente o prejuízo da falta de capacitação e evasão escolar, sendo por sua vez que a especialização e treinamentos são considerados o processo chave no sucesso do processo de inclusão e aprendizagem.

A principal finalidade da escola inclusiva é proporcionar aos surdos uma nova visão para a educação, pois a metodologia acaba sendo o caminho desse acesso à comunicação. Quando são executadas de forma satisfatória as especificidades do

surdo, considerando todos os aspectos culturais deste sujeito o resultado agrega na capacidade cognitiva e intelectual do sujeito, facilitando o caminho da inclusão na sociedade e escola tradicional. De acordo com Machado (2008, p.78):

Um olhar diferenciada sobre a escola tradicional, compreendendo-a como um meio plural, em que todos que integram, direciona o deficiente a um processo de libertação. Um olhar visionário coincide com uma nova estrutura, mas para isso se faz necessário o embasamento atualizado de gestão educacional, de modo que a experiência proporcione ao aluno esse rompimento das barreiras sociais, políticas e econômicas, integrando-os e possibilitando serem tratados como cidadãos produtos de uma cultura, pois [...] pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua condição histórica, cultural e social.

A história da inclusão de deficientes em épocas passadas evidencia todo preconceito sofrido, pois não havia pudor social. Uma trajetória marcada por humilhação, homicídios e perseguição. Atualmente, o cenário é oposto, pois o termo inclusão pressupõe igualitariedade humana. Contudo, para que a aplicação teórica da ideia inclusiva ocorra é necessário uma reorganização social, política, econômica, com mudança de valores, de atitudes, para que a conscientização seja amplificada solidificando as políticas públicas mundiais e locais.

É importante que os sistemas adotados priorizem o modelo de acessibilidade, inclusão social, educacional e produtiva para todas as pessoas com e sem deficiência, inclusive os surdos, e com isso promova o fortalecimento da inclusão na pós-modernidade. Objetivando oferecer aos alunos o direito da educação e integração na sociedade. Pois embora tanto já se tenha progredido nesse âmbito com as escolas inclusivas ainda é possível se deparar com dificuldades adaptativas, pois no que concerne os direitos dos seres humanos como o exposto na LDB 9394/1996: “Todos os alunos com necessidades especiais devem receber educação escolar na rede regular de ensino, com serviço especializado para atendê-los” (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação especial como à modalidade escolar para educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino. Nesse sentido, os representantes do governo evocam a Declaração de Salamanca, documento elaborado por ocasião da Conferência de Salamanca sobre as Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha em 1994 com a presença de noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, entre elas brasileiros, Unesco e Nações Unidas (BRASIL, 1996).

A perspectiva atual sobre a educação para surdo é baseada na integração

educacional imediata e continua do aluno com deficiência ao espaço educacional escolar comum, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento, para que o mesmo tenha a possibilidade de se desenvolver socialmente e intelectualmente junto as demais crianças.

A política da aprendizagem de inclusão trabalha além das necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. A metodologia não consiste apenas na permanência física dos alunos junto aos demais educandos, consiste e aprimorar o lado ético/emotivo para desenvolver o potencial dessas pessoas com capacidade de respeitar as diferenças entendendo as necessidades do próximo sem que haja segregação social (GODOY, 2000, p.118).

O Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que ressalta em seu Art. 3o:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A lei referida garante a seguridade do ensino dos surdos em instituições de ensino regular, promovendo sua inclusão social e cultural em sua comunidade. A abordagem de ensino inclusiva alavancará a integração destes alunos ao meio e os condicionará a multidisciplinaridade nos tem adquiridos, além disso a vivência prática estimulará o cognitivo de forma positiva agregando ao intelectual do aluno surdo.

2.2 O ENSINO DE QUÍMICA EM LIBRAS

No Brasil LIBRAS é uma proposta educacional que considera o bilinguismo como forma bicultural para o ensino de surdos. É uma linguagem caracterizada pela utilização de uma língua oral usada na comunidade ouvinte e adicional de uma língua de sinais própria da comunidade surda (QUADROS, 1997). A comunicação dessa língua é feita através de sinais manuais, cuja configuração segue uma gramática específica composta por itens lexicais, que se estruturam a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos (SALDANHA, 2011).

. De acordo com Falcão (2007, p.120) a língua de sinais pode ser representada através de formas e gestos cujas expressões linguísticas devem seguir a um modelo de ensino na aprendizagem escolar.

A Química é a disciplina que estuda os diversos fenômenos que ocorrem na matéria incluindo suas transformações e leis que a regem. A natureza desses fenômenos podem ter diferentes interpretações, desde simples as mais complexas, e cabe ao professor tornar entendível e elaborar métodos eficientes para obter a compreensão dos alunos nos processos de aprendizagem.

Aprender química não é memorizar fórmulas, decorar conceitos e resolver um grande número de exercícios. Aprender química é entender como essa atividade humana tem se desenvolvido ao longo dos anos, como as suas teorias explicam os fenômenos que nos rodeiam e como podemos fazer uso de seu conhecimento na busca de alternativas para melhorar a condição de vida do planeta (SANTOS et al, 2005, p.23).

No entanto, transpor o saber da disciplina para alunos com deficiência auditiva torna-se mais complexo e elaborado, pois o professor necessita repassar a lição através da comunicação em LIBRAS. Devido o grau de dificuldade que essa linguagem possa apresentar, a princípio, os processos de ensino e de aprendizagem para crianças portadoras de deficiência auditiva requerem um tempo maior quando comparado ao de uma criança ouvinte, por essa razão, é importante que o professor desenvolva metodologias eficientes e direcionadas a atender a especificidades do aluno surdo.

A Química com suas reações e seus elementos constituintes representam grande diversidade de informações específicas, portanto, se faz necessário que o professor tenha uma atenção cuidadosa, pois tal disciplina, por fazer uso de símbolos, fórmulas, equações e por ter conceitos complexos acerca de fenômenos específicos, tem por necessidade o desenvolvimento de propostas diferenciadas, voltadas para a inclusão.

O processo de inclusão na escola comum já configura dificuldades relacionadas à adaptação, adequação e ambientalização. Estas dificuldades técnicas refletem negativamente no processo de ensino e de aprendizagem, e tais dificuldades se originam a partir da estrutura que a escola oferece, pois é comumente evidenciado que a maioria das escolas que inserem alunos surdos, muitas vezes não possui uma infraestrutura física e pedagógica adequada para recebê-los, isso por sua vez, implica na desestruturação do método.

Uma das razões que contribui para insucesso do método de inclusão escolar para surdos é oriundo do descaso dos governantes que não dão suporte a formação continuado dos professores, que muitas vezes assume o compromisso profissional da educação desprovido da qualificação necessário para impulsionar o ensino especial.

Na abordagem educacional, diversas metodologias expositoras de fixação e assimilação do conteúdo podem ser utilizadas, no entanto, a escassez de materiais didáticos visuais, que dão suporte ao entendimento dos alunos com deficiência, é outro problema encontrado por parte de muitos educandos, rotineiramente relatado em relatórios de avaliação.

Recursos visuais são essenciais no processo de ensino, pois podem auxiliar a aprendizagem, na transmissão dos conceitos químicos em sala de aula, no entanto, a precariedade e falta de incentivo levam a estrutura mínima, fazendo com que muitos professores utilizem poucos recursos na prática do magistério, tais como: o quadro e o pincel atômico.

A realidade do sistema de inclusão requer meios alternativos que visem solucionar tais carências, como a criação de livros traduzidos para a Libras, materiais de projeção visual como recursos tecnológicos, imagens, vídeos, experimentos, garantindo ao aluno deficiente o máximo aproveitamento e rendimento, para isso se faz necessário proporcionar aulas expositivas e visuais com ferramentas avançadas que auxiliem no aprendizado do aluno surdo, considerando que este utiliza a visão como um importante aliado nas aprendizagens.

Outro fator de grande importância a ser considerar no processo de ensino é a sintonia e equilíbrio entre interprete e professor, pois para se obter êxito no processo de aprendizagem do aluno surdo, é de suma importância que professor e o intérprete caminhem lado a lado na utilização de metodologias de ensino e comunicação, ambos dotados de sensibilidade e qualificação específica que condicione aos mesmos reconhecerem a realidade dos alunos surdos no ensino e na aprendizagem. Pois, de acordo com Costa, Marques e Aguiar (s/d):

Essa integração pode facilitar a compreensão dos conceitos por parte do aluno surdo, influenciando no aumento de termos químicos em LIBRAS. A abordagem do conteúdo vinculado com os materiais didáticos influencia na compreensão da linguagem química e isso deve partir da perspectiva que o ensino é um processo e depende do conhecimento e das necessidades dos sujeitos envolvidos para que possa acontecer a aprendizagem.

Baseado nessas evidências, é necessário que o processo de educação inclusiva tenha origem a partir de um processo de reflexão sobre as bases que dão suporte as essas iniciativas, considerando seus aspectos políticos-pedagógicos e suas bases de consolidação no ensino para surdos. Entretanto é necessário ponderar sobre essas reflexões, de modo cauteloso, pois o processo de ensino direcionado a surdos não segue um sequencia habitual de objetivos pedagógicos a serem desenvolvidos em termos de uma proposição metodológica.

Considerando que a Química é expressa quase que essencialmente a através de simbolos, designando um sistema geral de signos, para os quais não existe correspondência na língua de sinais, seu aprendizado constitui uma tarefa complexa.

Nesse sentido, a combinação da linguagem oral e recursos visuais permite uma alta fixação da disciplina e, portanto, promove a facilidade do entendimento e consequentemente uma maior aprendizagem (FERREIRA, 1975).

A combinação dos recursos visuais com a linguagem oral dá suporte a aprendizagem inclusiva, pois essa prática pedagógica otimiza o sentido da visão como eixo central para o ensino de química para surdo.

O desempenho do professor no âmbito do ensino especial estará diretamente relacionado aos recursos educacionais utilizados por ele, sendo, portanto, o método exige do professor/mediador mais do que um conteúdo dogmático e tradicional, exige a interação produtiva e dinâmica com estes recursos, conduzindo o aluno o prazer pela aprendizagem, despertando a postura crítica do aluno perante as temáticas abordadas em Química.

2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO INTÉRPRETE DE LIBRAS

Ao longo da história, houve muitas transformações nas estratégias de ensino, com intuito de atender as necessidades específicas do seu público alvo de forma particular, eliminando da prática de ensino a concepção homogênea do entendimento comum, pois de acordo com Comenius: “ensinar para todos é ensinar sem discriminação”, ou seja, sem excluir este ou aquele aluno que apresenta diferenças físicas, sociais e psicológicas.

Antigamente, o direito da educação era privilégio de poucos, porém o processo de democratização da escola mudou a concepção e retirou de suas bases a segregação permitindo ao aluno uma maior integração, ao meio social,

possibilitando-os o gozo dos princípios de cidadania impulsionados pela mudança do paradigma educacional.

O Ministério da Educação, junto com a Secretaria de Educação Especial propaga uma Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que objetiva constituir políticas públicas com educação de qualidade para todos os alunos especiais. Por intermédio dessas iniciativas instituições especializadas se capacitam para atender as pessoas com necessidades específicas, pois uma abordagem inclusiva requer proposta inclusiva que quebre os paradigmas convencionais e para isso é preciso capacitar, pesquisar, buscar meios eficazes para uma aprendizagem comum a todos, sendo assim:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (MEC/SEESP, 2005, p. 21)

Para atender a educação especial às escolas devem se organizar na perspectiva de oferecer ao instrutor, tradutor/intérprete de Libras, tecnologia que possibilite estratégias de ensino eficiente ao cotidiano do aluno. O sistema geral necessita passar por modificações almejando atingir índices de satisfação dessas propostas práticas. A escola inclusiva tem como proposta uma educação voltada para alunos surdos, para alcançar suas metas de ensino é preciso considerar a língua de sinais como artefato cultural.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão determina que se tenha apoio e difusão da mesma. Dando base a lei citada acima o Decreto nº5.626/05 regulamenta para que alunos surdos tenham a sua disposição a inclusão da Libras como disciplina no currículo escolar, aborda também a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, já a Língua Portuguesa para eles deve ser a segunda língua, como princípio uma educação bilíngue, como também a inclusão de Libras como disciplina curricular na Educação Superior na formação de professores e de fonoaudiologia seja obrigatório, e facultativo nos outros cursos de graduação.

O Decreto ainda aborda no Art. 14 a difusão na comunidade escolar disponibilize equipamentos, acesso as novas tecnologias, assim como materiais alternativos para um ensino de qualidade.

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I-escolas e classe de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II-escolas bilíngues ou escolas comuns regulares de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa (BRASIL, 2005, art. 22).

É importante ressaltar que no contexto de educação bilíngue a introdução da técnica deve ser feita cedo, isso implicará por sua vez no sucesso da aprendizagem, pois quanto mais rápido o surdo tiver acesso a língua de sinais mais rápido vai desenvolver a comunicação, e muito deste processo depende da família, da escola, e do lugar que está inserido.

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que está se formando. (QUADROS e SCHMIEDT, 2006, p.13)

Os alunos com deficiência auditiva, há alguns desafios a serem considerados e superados:

O problema central, segundo os estudos, é o acesso à comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros), que nem sempre tornam acessíveis os conteúdos tratados em classe. A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes e que professores e especialistas que participam da atividade escolar constituam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposição de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos. Outro ponto abordado é a necessidade de participação de membros da comunidade surda na escola, favorecendo o desenvolvimento de aspectos da identidade surda dessas crianças (LACERDA, 2006, p. 166-167).

Tomando por base as considerações reportada pela autora é possível evidenciar que o processo de aprendizagem evolui bastante com comunicação entre

os próprios alunos surdos e os ouvintes, a relação cotidiana na linguagem comunicativa aluno(a)-professor(a) e aluno(a)-funcionários(as) da escola, em que a concepção desejada de inclusão pode ser que não ocorra de forma efetiva, porém quando introduzido ao meio cotidiano proporciona um saldo positivo no processo de aprendizagem. Nesse tocante, existe a Lei nº 10.436/02, que em seu Art. 2º registra: “apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, p. 1); a participação da sociedade e das partes que a integram na integração da criança surda, da formação de sua cultura e identidade, bem como no reconhecimento de sua comunidade surda.

Dentro do contexto social ainda é preciso superar muitas barreiras de aceitação do ser humano, independente de seus aspectos físicos e cognitivos. Os alunos com deficiência auditiva necessitam ser acompanhados e instruído com o auxílio do intérprete da Língua de Sinais, profissional fluente na língua falada/sinalizada do seu país, qualificado para desenvolver essa função (BARBOSA-JUNIOR, 2011). A participação desse profissional no processo é de suma importância realizar a interpretação de uma língua falada para a sinalizada e vice-versa.

Segundo Quadros (2004, p. 27), o tradutor intérprete de Língua de Sinais é aquele “profissional que domina a Língua de Sinais e a língua falada do país e que é qualificado, este tem capacidade de desempenhar a função de intérprete da Libras e auxiliar no processo de aprendizagem.

Durante uma interpretação, o intérprete da Libras precisa assumir a postura totalmente imparcial, sem interferência de opinião pessoal; deve transmitir confiança e manter sigilo caso lhe seja pedido; deve saber estabelecer limites no envolvimento durante sua atuação e prezar pela fidelidade oral, textual, ou seja, jamais alterar ou opinar acerca do assunto em questão (LACERDA, 2000). Quadros (2004, p. 28) expõe de forma enfática os pressupostos desse profissional:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

O intérprete deve ser competente para exercer sua função sem que haja desconfiança quanto ao profissionalismo.

Segundo Lacerda (2002, p. 123),

O intérprete precisa poder negociar conteúdos com o professor, revelar suas dúvidas, as questões do aprendiz e por vezes mediar a relação com o aluno, para que o conhecimento que se almeja seja construído. O incômodo do professor frente à presença do intérprete pode levá-lo a ignorar o aluno surdo, atribuindo ao intérprete o sucesso ou insucesso desse aluno.

De acordo Lacerda, (2002) reforça que a participação do interprete tem que estar em concomitância com o professor, caso em algum momento o intérprete tiver dúvidas sobre o conteúdo que o professor está ensinando, deve solicitar ao professor a repetição/explicação desse conteúdo para que o aluno surdo não fique prejudicado em sua aprendizagem.

O processo de ensino para surdos sem a presença do interprete se tornaria impossível para repassar conhecimentos e absorver conteúdos ministrados na aula pelo professor ouvinte, este profissional é peça chave na escola inclusiva.

Lacerda et al. (2011, p. 5) ressalta que o objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente.

Cada profissional nesse processo de ensino tem uma função específica e objetiva, sendo insubstituível na abordagem do ensino, portanto é necessário reconhecer seu papel de cada nesse processo de inclusão escolar (LACERDA, 2002; QUADROS, 2004). A função do professor não é tão somente ensinar, mas a do intérprete é apenas interpretar. Lacerda et al. (2011, p.18) afirmam que:

É necessário que haja uma mudança de postura por parte do professor, que também tem o dever, como educador, de auxiliar o intérprete da Língua de Sinais em suas práticas. Se o professor não assumir práticas que favoreçam a atuação do intérprete da Língua de Sinais, conseqüentemente, a compreensão do aluno surdo ficará comprometida.

A ação simultânea entre os dois profissionais: professor e intérprete, promove o aumento do desempenho do aluno surdo. Se o professor tiver noções básicas da Libras, promoverá ainda mais o processo de inclusão (QUADROS, 2004).

Atendendo aos Arts. 2º e 4º (Brasil, 2010, p. 1).

O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da língua portuguesa. A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras – língua portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: I – cursos de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou; II – cursos de extensão universitária; e III – cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Apesar de ampla necessidade na abordagem do ensino especial e grande demanda no setor, a profissão do intérprete, mesma assegurada pela lei, não é regulamentada pelo Ministério do Trabalho, portanto, em tese, qualquer pessoa poderá exercê-la.

A legislação reconhece o potencial e notoriedade do profissional no processo de inclusão, ressaltando a necessidade de formação de docente por meio do uso da LIBRAS como uma disciplina em curso superior.

O processo de aprendizagem em sala de aula com auxílio do intérprete é de suma importância, todavia, não é possível incluir um aluno surdo em uma sala de aula regular apenas com a presença do intérprete, sem que a comunidade escolar se envolva no processo, garantindo a efetividade do ato inclusivo.

A efetividade do processo de ensino esta muito relacionada ao ambiente ao qual estão inseridos, pois para que o processo ocorra, é necessária criar um ambiente favorável no qual o surdo possa desenvolver suas potencialidades, habilidades, competências e sua criatividade como qualquer outro aluno.

Neste sentido, para difusão e consolidação da escola inclusiva é preciso que o sistema de educação disponibilize para as escolas os recursos necessários que dê suporte ao processo de ensino e proporcionem o ambiente favorável de forma que a sociedade se engaje maciçamente progredindo positivamente rumo ao sucesso da integração.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar as metodologias atuais que os intérpretes de libras tem utilizado em conjunto com o professor da disciplina de química para o alcance do processo de ensino/aprendizado do aluno.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os recursos utilizados pelo intérprete para o ensino aprendizado de química.
- Descrever as facilidades e dificuldades apontadas pelo intérprete para a aquisição dos conceitos de químicas para alunos surdos.
- Identificar as dificuldade que os interprete encontra nos sinais de LIBRAS na disciplina de química.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

4.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia é todo o caminho que o pesquisador utiliza para criar o projeto de pesquisa, nessa parte do estudo são expostos os meios que o pesquisador irá utilizar durante a pesquisa. Segundo Minayo (2002, p.21):

A pesquisa qualitativa responde as questões particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa, diante da temática: prática pedagógica dos interpretes de libras no ensino e aprendizado na disciplina de química em uma escola da rede estadual de Parnaíba- Pi. A presente pesquisa está caracterizada por descrever uma análise realizada sobre o objeto pesquisado. Dessa forma, o estudo não está apegado a idealizações ou deduções, sua atuação é de auxiliar o pesquisador, obtendo uma análise verdadeira por meio da descrição, vislumbrando uma correlação com o contexto.

Tal abordagem de pesquisa, também, é caracterizada por um sistema com um universo de respostas, motivos, crenças e valores. Correspondendo a uma interação mais profunda das relações, e dos fenômenos. Para atingir os resultados esperados a abordagem qualitativa, é necessário buscar maneiras de interpretar os assuntos da temática pesquisada.

Neste sentido, para elaborar uma definição para a pesquisa de campo, a autora Lakatos e Marconi, afirmam que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 186).

Nesta perspectiva, a pesquisa de campo permite que o pesquisador se

aproxime do mundo real, analisando os fatos reais e os fenômenos que podem ocorrer. Os objetivos deste tipo de pesquisa vão além de instrumentos a serem coletados. Portanto, esse tipo de pesquisa faz a estrutura e construção das informações coletadas durante o campo investigativo.

4.2 LOCAL DE ESTUDO E SUJEITOS DA PESQUISA

A escola proveniente da pesquisa fica localizada no Bairro São Francisco, na cidade de Parnaíba, Norte do estado do Piauí e pertence rede pública estadual de ensino. Possui em seu corpo administrativo: uma diretora, uma secretaria, quatro zeladoras, uma merendeira e uma bibliotecária.

Seu corpo pedagógico é composto por: dois coordenadores, um apoio pedagógico, 45 professores (sendo dois intérpretes), e 600 alunos (sendo dois surdos).

A escola está fisicamente estruturada com seis salas de aula, uma diretoria, uma cantina, dois banheiros, uma biblioteca, uma sala de vídeo, uma sala de informática e uma sala de física.

Tivemos como sujeitos da pesquisa, dois intérpretes, que são apresentados e identificados como: Intérprete (IA) e Intérprete B (IB).

4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados analisados a seguir foram coletados através de um questionário aberto, estruturados de perguntas subjetivas que foram respondidas pelos dois sujeitos, sem a presença do pesquisador, deixando-os mais à vontade para colocar suas ideias. Segundo Gil (1999, p.128), o questionário é definido como:

A técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

De fato esse foi o nosso objetivo. Procuramos investigar por meio das indagações levantadas, o conhecimento, as percepções e a atuação dos sujeitos investigados diante do tema.

O questionário de perguntas abertas foi realizado com dois intérpretes da

rede estadual de ensino de Parnaíba, que foram selecionadas de acordo com sua formação e disponibilidade das mesmas.

A pesquisa de campo se deu no início do ano, primeiro semestre de 2018 na escola da rede estadual de Parnaíba onde foi observada as práticas pedagógicas dos intérpretes.

4.4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com a aplicação do questionário são apresentados conforme as respostas dadas pelo sujeito da pesquisa . Não foi modificado o sentido e nem a grafia das respostas, assim descrevendo fielmente o que foi passado pelo pesquisado.

Os dados de identificação do sujeito da pesquisa foi apresentado em forma de tabela.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte da pesquisa, apresentamos os resultados alcançados através da análise dos dados coletados durante a pesquisa, baseados em teóricos sobre a temática em estudo. Nessa análise dividimos a mesma em tópicos para tornar mais didática à apresentação dos dados. Em seguida daremos início a essa análise, com as percepções dos intérpretes.

Tabela 1 - Dados de Identificação do Sujeito

Intérprete	IA	IB
Sexo	Feminino	Feminino
Idade	33 anos	35 anos
Área de atuação	Intérprete de Libras	Intérprete de Libras
Área de formação	Pedagogia e extensão em Libras	Pedagogia e pós-graduação (não especificado)
Escolaridade	Superior Completo	Pós-graduada
Experiência como intérprete	7 anos	5 anos

Fonte: Silva; 2018.

Seguiremos às análises dos dados obtidos na aplicação dos questionários aos intérpretes, ressaltamos que serão transcritos aqui todas as respostas de acordo com as mesmas feitas pelos próprios intérpretes nos questionários.

5.1 Relevância do profissional de libras

No mundo dos negócios, a presença de um profissional qualificado torna-se essencial, uma vez que, o mesmo possui capacidades de tomada de decisão, e, portanto direcionará a empresa para o melhor caminho no intuito de alcançar seus objetivos. Este conceito se estende por outras áreas do conhecimento. No que diz respeito à educação não é diferente, pois a cada dia cresce a demanda por profissionais da educação que possuem qualificações. Neste sentido ao

questionarmos sobre a importância do intérprete de Libras, obtivemos as seguintes respostas:

“Com a ajuda de um intérprete de Libras os alunos surdos *aprende* bem mas do que se estivesse só. Por isso é muito importante esse *profissional* (IA)”.

“O intérprete de Libras tem a função de ensinar a Livras também o português e tirar as dúvidas do aluno surdo, com a parceria do professor, então sua importância é bem significativa do surdo (IB)”.

Nesta perspectiva, com a presença dos intérpretes os alunos surdos aprendem muito mais, esses profissionais tem a capacidade de tirar as dúvidas dos alunos surdos. Portanto, a interação do instrutor e aluno torna-se essencial para a educação do discente. A LIBRAS é um dos caminhos que possibilita a comunicação e interação entre docente e discente. No que diz respeito aos instrumentos legais, existem leis específicas em vigor.

A profissão e a formação desse profissional está descrito na Lei Nº 12.319 DE 01.09.2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Interpretador de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A função deste profissional é interpretar uma língua de sinais para uma outra língua. Portanto, o intérprete deve dominar a LIBRAS e o idioma de seu país, dessa forma, ele será qualificado para desempenhar a profissão.

5.2 Objetivo do profissional para a educação dos surdos

A maioria das profissões são regidas por metas e objetivos a serem alcançados, com o profissional em LIBRAS não é diferente, pois o mesmo precisa traçar um plano diretor a partir de pequenas metas e então construir seus objetivos para ensinar a língua de sinais. Diante disso, abordamos no questionário sobre o objetivo desse profissional na educação dos alunos surdos, obtivemos as seguintes respostas:

“É passar tudo o que o professor passar para os *aluno*. A interpretação de todo o conteúdo (IA)”.

“Os objetivos são inúmeros, o surdo vai aprender os conteúdos, também existirá uma troca de conhecimentos entre surdo e ouvinte na sala de aula (IB)”.

Com base nas respostas dos intérpretes, percebemos que um dos objetivos desses profissionais é repassar para os surdos todos os conteúdos que o professor aborda com os alunos, também existirá uma troca de conhecimento entre alunos surdos e não surdos.

O objetivo central do intérprete é ser um instrumento de comunicação entre o ambiente escolar (professores, colegas, educadores) e o aluno surdo. Seu papel é traduzir as diferentes culturas dos indivíduos em sala de aula. Portanto, essa função exige um planejamento estratégico por parte do profissional na arte de repassar as informações na vida educacional desses alunos.

De acordo com o dicionário Aurélio, intérprete é pessoa que interpreta que serve de intermediário para fazer compreender indivíduos que falam idiomas diferentes. A interpretação é uma capacidade adquirida através de um contato constante com surdos, e que exige ainda muito estudo, capacitação e dedicação. Ademais, é necessário que o intérprete seja bilíngue, participe de seminários, saiba trabalhar em equipe, tenha equilíbrio durante a interpretação e seja capaz de admitir suas limitações quando não se sentir capaz (SOUSA, 2015).

Neste sentido, a preparação desse profissional torna-se um grande desafio, pois é necessário muito estudo e vontade de aprender.

5.3 LIBRAS e sua contribuição na formação do aluno

Os educadores têm um papel fundamental na vida social, emocional, e educacional dos alunos, os professores precisam traçar possíveis caminhos para a formação desses indivíduos na sociedade. Como um canal comunicativo, perguntamos para os intérpretes: Quais as contribuições da LIBRAS na formação integral dos alunos?

“Com a Libras os *surdo* passa a entender o assunto, principalmente aquelas disciplinas que não são teóricas (IA)”.

“A Libras é a língua natural do surdo, dessa forma ele precisa aprender a sua língua ainda criança, pois as contribuições são inúmeras (IB)”.

Nessa perspectiva, a grande contribuição desse profissionais é que os alunos surdos passam a entender os conteúdos das disciplinas, em especial aquelas que não são teóricas. Existe uma necessidade do surdo aprender a língua de sinais

ainda criança, dessa forma ele terá mais facilidade na hora de assimilar os assuntos.

A função da LIBRAS nas escolas de ensino regular ultrapassar os limites educacionais na vida dos surdos, neste sentido, é necessário existir uma adequação curricular, mais apoio dos órgãos educacionais para os profissionais especializados nessa área. Segundo Skliar (2005, p. 27): “usufruir da língua de sinais é um direito do surdo e não uma concessão de alguns professores e escolas”.

Diante disso, a língua de sinais é um direito dos surdos, e não um dever a ser cumprido pelos educadores e instituições. Com o devido apoio para esses profissionais, a criação de novas políticas pedagógicas, ou reformulação das mesmas, melhoraria a vida de intérprete/aluno dentro de sala de aula.

5.4 Metodologias do intérprete no ensino/aprendizado de química.

As estratégias na arte de ensinar são de extrema importância, pois, os intérpretes precisam traçar meios para tornar o ensino/aprendizagem dos alunos surdos mais fáceis. Para tanto, indagamos os profissionais: Quais os recursos utilizados por você para o ensino/aprendizagem de química?

“Eu uso caderno, desenho algumas coisas por mostrar para o aluno (IA)”.

“Atualmente não utilizo, mas anos anteriores fazia uso de imagens, o professor levava material concreto, que facilitava na aprendizagem do aluno (IB)”.

Segundo o profissional (IA), a estratégia utilizado por ele é através de desenhos, o que estimula a percepção visual do aluno surdo. O profissional (IB) utilizava imagens, outro ponto que estimula a visão do aluno. Para os intérpretes um dos caminhos mais fáceis para transmitir os conteúdos para os alunos surdos era estimulando a visão dos mesmos. O professor deve se adequar aos recursos que estão disponíveis e tornar os assuntos das disciplinas o mais compreensível possível para os alunos, mesmo que na maioria das vezes esses recursos sejam limitados.

Para ensinar é preciso perceber a maneira de cada indivíduo e grupo se relacionar com o conhecimento e com o ato criativo. O conhecimento é uma junção de arte, de técnicas e de vivências. Portanto, sempre há uma relação estreita entre quem ensina e o que ensina. O educador surdo organiza os conhecimentos a partir

da sua visualidade. A intencionalidade (objetivo claro), reciprocidade (como o aluno se envolve no processo pedagógico) e a mediação dos significados (como os significados são construídos com o aluno) exigem uma criatividade na composição dos elementos de uma pedagogia visual que serão determinantes para o êxito do processo de aprendizagem de educandos surdos (BASSO et al, 2009).

Neste sentido, o educador em LIBRAS precisa de um leque de estratégias para então ministrar suas aulas, e dentro das estratégias, traçar objetivos claros e precisos para transferir as informações da disciplina.

5.5 Facilidades e desafios para ensinar química para os alunos surdos

A vida escolar é repleta de desafios, tanto para o educador como para o aluno, com o intuito de saber as dificuldades e facilidades encontradas pelos intérpretes, indagamos: Quais as facilidades e dificuldades que os intérpretes encontram para a aquisição dos conceitos de química para os alunos surdos?

“A química é um pouco *difícil* por ter assuntos que envolve a matemática que os surdo *achão* difícil (IA)”.

“Dificuldades – falta de sinais na área de química, não quer saber das áreas exatas (química, física e matemática) (IB)”.

Para o intérprete (IA), assuntos que envolvem cálculos são difíceis para os alunos absorverem. Já o intérprete (IB) fala que há uma ausência de sinais de química, ou seja, ensinar química em LIBRAS é uma grande dificuldade, pois não existem sinais que seja mais precisos na hora de repassar os assuntos da disciplina química. Para Nunes e Adorni (2010, p. 3-7):

Em particular no ensino da química, percebe-se que os alunos, muitas vezes, não conseguem aprender, não são capazes de associar o conteúdo estudado com seu cotidiano, tornando-se desinteressados pelo tema. Isto indica que este ensino está sendo feito de forma descontextualizada e não interdisciplinar.

Portanto, ensinar química não é uma tarefa fácil para os educadores, para o educador em LIBRAS ainda é mais dificultoso, pois além da forma de ensinar a disciplina química ser descontextualizado na rede regular de ensino, há uma falta de sinais na língua de sinais para transferir o conhecimento para os alunos surdos.

5.6 Dificuldades na língua de sinais para ensinar química.

Em geral é preciso conhecer as falhas para então poder solucioná-las, no que tange a vida educacional, existem vários tipos de dificuldade para serem superadas. Neste sentido, perguntamos para os educadores: Qual a principal dificuldade que os intérpretes encontram nos sinais de Libras na disciplina de Química?

“Na química não tem muitos sinais, mas mostrando no livro as figuras dá *pra* explicar o assunto (IA)”.

“São poucos os sinais em Libras em relação a disciplina de Química (IB)”.

Segundo os profissionais, a maior dificuldade para ensinar química para os alunos surdos está na falta de sinais que sejam precisos no ensino/aprendizagem da disciplina, portanto, torna-se necessário reformular, ou criar novos sinais em LIBRAS relacionados para o aprendizado da disciplina química.

A escola sendo um espaço educativo tem como função a preservação e a transmissão cultural e, para isso, é essencial que seja um espaço acessível para todas as pessoas, independentemente de suas potencialidades ou deficiências. Ao se abordar a educação da pessoa surda, é essencial que se conheça como ela vem acontecendo atualmente, quais as ferramentas e adaptações utilizadas e, especialmente, os personagens que integram esse cenário (UNESCO, 2012).

Assim, torna-se cada vez mais relevante compreender a função do intérprete de Libras, pois sua profissão está relacionada com o canal comunicativo de interação social e cultural para a introdução das pessoas com deficiência auditiva na sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das variáveis observadas nesta experiência no estudo sobre o ensino de libras na educação pode-se observar que a inclusão escolar e a educação dos alunos surdos, promovem algumas modificações que devem ocorrer anterior à sua presença na escola, como as modificações que ocorrem à medida que as especificidades são identificadas, bem como a capacitação dos profissionais que irão trabalhar diretamente com eles.

Desta maneira, a inclusão de alunos surdos na sala de aula do ensino comum é uma proposta não relacionada somente com as questões da surdez, mas com questões que envolvem uma diferença diversificada num sentido de que outros caminhos pedagógicos devem ser trilhados para que estes alunos possam vir a constituir-se como um sujeito surdo pertencente a uma sociedade cuja maioria é de ouvintes.

No que diz respeito a prática pedagógica dos interpretes de libras no ensino e aprendizado na disciplina de química em uma escola da rede estadual de Parnaíba. Os aspectos crítico-pedagógicos que envolvem o ensino de Libras para as séries iniciais sempre estarão sujeito a mudanças. Estas, não ocorrem de modo rápido e também não são de fácil elaboração, pois os conceitos sobre a educação e língua de sinais, necessitam ser reformulados.

Os Recursos que são utilizados pelo interprete para o ensino aprendizado de química são baseados no estímulo visual dos alunos com surdez, os conteúdos da disciplina são transferidos através de desenhos feitos pelo intérprete, ou imagens digitalizadas. E no que tange as facilidades, segundo um dos intérpretes, é mais fácil ensinar disciplinas teóricas para os alunos surdos, pois não necessita de sinais mais elaborados para o entendimento, como é o caso das disciplinas que envolvem cálculos.

Durante essa pesquisa, descobrimos as dificuldades apontadas pelos os interpretes, a grande dificuldade apontada por eles está na falta de sinais em LIBRAS que facilite a compreensão dos conteúdos de química, neste sentido torna-se relevante a criação de novas formas de abordagens político-pedagógicas nessa área.

Seria importante, por parte do professor, utilizar estratégias em sala de aula adequadas ao aluno surdo, pois o trabalho com estes estudantes requer uma

metodologia diferenciada. Devido as especificidades surdas, deve ser utilizada com estes alunos uma linguagem visual, tal linguagem pode ser caracterizada pela utilização de figuras, ilustrações ou experimentos, pois estes são meios que facilitariam a explicação do professor e o entendimento do aluno.

Diante do exposto, é preciso dar início a um processo de reflexão profunda sobre em que bases estão sendo sedimentadas às ações político-pedagógicas em torno do ensino para surdos. Contudo esta reflexão não deve ser apressadamente interpretada sobre o modo como os surdos podem ser educados, e muito menos ainda, como uma sequência de objetivos pedagógicos a serem desenvolvidos em termos de uma proposição metodológica.

Concluimos que é necessário assumir uma concepção de surdez não pela ausência, mas visando a afirmação da linguagem, inserida numa visão histórico-social mais abrangente que delimita as concepções de indivíduos e sociedade. Uma proposta educacional para surdos deve considerar, entre outras questões fundamentais, as implicações linguísticas. Mas também deve considerar as necessidades formativas dos professores para que estes possam estar aptos a atribuir um novo significado a sua prática pedagógica.

Todavia a presente pesquisa não alcançou resultados suficientes para responder todas as indagações a respeito desse tema. Sendo assim, esse trabalho servirá como fonte de pesquisas futuras para possíveis questionamentos para aqueles que estiverem interessados no assunto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mônica de Góis Silva; BARBOSA, Vagner dos Santos. **Análise da produção escrita dos surdos: a interferência da língua brasileira de sinais**. V Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade". São Cristóvão-SE/ Brasil, 2011.

BARBOSA-JUNIOR, J. **A função do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras: âmbitos de atuação e o intérprete educacional**. PROFT em Revista, São Paulo, v. 1, nº 1, out. 2011.

BASSO, Idavania Maria De Souza et al. **METODOLOGIA DE ENSINO DE LIBRAS – L1**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2009.

BRASIL. LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Decreto – Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Câmara dos deputados, Brasília, DF, 175º da independência e 108º da república, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras**, e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

_____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

COSTA, Ana Luisa Fernandes da; MARQUES, Luciana Pereira; AGUIAR, Thiago Cardoso. **A educação inclusiva no ensino de química: a elaboração e utilização de materiais didáticos no processo de ensino-aprendizagem de surdos e ouvintes**. IFG, (s/d).

FALCÃO, Luiz Albérico. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos**. 2. ed. Recife: O Autor, 2007. 286 p. [Fundaj, 91/2008; UFPE/CE; Unicap].

FERREIRA, Oscar Manuel de Castro; JÚNIOR, Plínio Dias da Silva. **Recursos Audiovisuais para o Ensino**. São Paulo: EPU, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, Maria de Fátima Reipert de. INES, **Divisão de Estudos e Pesquisas (Org.). Formação de Profissionais na Educação Especial** In: Seminários Desafios para o próximo milênio. Rio de Janeiro: CIP, 2000.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Editora: Ciranda Cultural. São Paulo, 2009.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência**. Caderno Cedes, Unicamp, Campinas, v. 26, nº 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F. **A prática pedagógica mediada (também) pela Língua de Sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. Caderno CEDES, Unicamp, Campinas, ano XX, nº 50, 2000.

LACERDA, C. B. F. **O intérprete educacional de língua no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A. C. B. et al. (org.). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: Coleção UAB – UFSCar. Língua de Sinais Brasileira: uma introdução. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

MACHADO, Paulo César. **Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo**. Em QUADROS, Ronice Müller de. (organizadora). Estudos Surdos ISérie Pesquisas. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.p.39-59.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORI, N. N. R.; Sander, R. E. **História da educação dos surdos no Brasil**. Seminário de Pesquisa PPE, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

NUNES, A. S. ; Adorni, D.S . **O ensino de química nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio do município de Itapetinga-BA: O olhar do alunos**.

In: Encontro Dialógico Transdisciplinar - Enditrans, 2010, Vitória da Conquista, BA. - Educação e conhecimento científico, 2010.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Ronice Muller de Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília : MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros**. Editora Arara Azul, Petrópolis (RJ), s/d.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história: a indagação de Esmeralda/ Solange Rocha**. – Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

ROLDÃO, M.C. **Diferenciação curricular e inclusão**. Em David Rodrigues (org.). **Perspectivas sobre a inclusão**. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

SALDANHA, Joana Correia. **O ensino de química em língua brasileira de sinais**. Tese de doutorado, Universidade do Grande Rio, 2011.

SANTOS, Conceição Maria Marinho dos. **Avaliação da estrutura da língua escrita do surdo**. 2005. 47, [2] f. Monografia (Especialização em Educação Especial) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2005. [Unicap].

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. -23.ed. Ver. E atualizada-São Paulo: Cortez, 2007.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. 3ª edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

SOUSA, Viviane. **A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO EM SALA DE AULA NAS ESCOLAS DE ENSINO COMUNS**. Cadernos da Fucamp, v.14, n.20, p.168-181/2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre a educação para todos**. In: Conferência Mundial de Educação para todos, 2012. Jomtien, Tailândia.

APÊNDICE

DADOS PESSOAIS:

Sexo: () M () F Idade: ____ anos

Área de atuação: _____

Área de formação: _____

Nível de escolaridade: _____

Tempo de experiência como intérprete: _____

1. Para você, qual a importância do intérprete de LIBRAS?

2. E qual o objetivo deste profissional na educação dos alunos surdos?

3. Quais as contribuições da LIBRAS na formação integral do aluno?

4. Quais os recursos utilizados por você para o ensino/aprendizado de química?

5. Quais as facilidades e dificuldades que você encontra para aquisição dos conceitos de química para alunos surdos.

6. Qual a dificuldade que você encontra nos sinais de LIBRAS na disciplina de química.

-

ANEXO